



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora

Ano 2021



CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

**Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Luca Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza
(Organizadores)**

Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
Ilvanete dos Santos de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C244 Capitalismo contemporâneo e políticas educacionais 2 /
Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André
Ricardo Lucas Vieira, Ilvanete dos Santos de Souza. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-166-1

DOI 10.22533/at.ed.661211106

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da
(Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador).
III. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. Mesmo em 2021, com a aprovação do uso das vacinas no Brasil e com aplicação a passos lentos, seguimos um distanciamento permeado por angústias e incertezas: como será o mundo a partir de agora? Quais as implicações do contexto pandêmico para as questões sociais, sobretudo para a Educação no Brasil? Que políticas públicas são e serão pensadas a partir de agora em nosso país?

E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro. Sabemos, partindo do que nos apresentaram Silva, Nery e Nogueira (2020, p. 100), que as circunstâncias do contexto pandêmico são propícias e oportunas para construção de reflexões sobre os diversos “aspectos relativos à fragilidade humana e ao seu processo de ser e estar no mundo, que perpassam por questões culturais, educacionais, históricas, ideológicas e políticas”. Essa pandemia, ainda segundo os autores, fez emergir uma infinidade de problemas sociais, necessitando assim, de constantes lutas pelo cumprimento dos direitos de todos.

Como assevera Santos (2020), desde que o neoliberalismo foi se impondo como versão dominante do capitalismo o mundo tem vivenciado um permanente estado de crise; onde a educação e doutrinação, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado são os principais modos de dominação ao nível dos Estados.

Nesse sentido, a pandemia, ainda segundo o autor anteriormente referenciado, veio apenas agravar a crise que a população tem vindo a ser sujeita. Esse movimento sistemático de olhar para as crises, postas na contemporaneidade, faz desencadear o que o que Santos (2020, p. 10) chamou de “[...] claridade pandêmica”, que é quando um aspecto dessa crise faz emergir outros problemas, como os relacionados à sociedade civil, ao Estado e as políticas públicas, por exemplo. É esse, ainda segundo o autor, um momento catalisador de mudanças sociais.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “**Capitalismo Contemporâneo e Políticas Educacionais**”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que aceitaram fazer parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira

Ilvanete dos Santos de Souza

REFERÊNCIAS

SILVA, A. J. N. DA; NERY, ÉRICA S. S.; NOGUEIRA, C. A. Formação, tecnologia e inclusão: o professor que ensina matemática no “novo normal”. **Plurais Revista Multidisciplinar**, v. 5, n. 2, p. 97-118, 18 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A PRESENÇA VIVA DE PAULO FREIRE: DO OMBRO AMIGO À LUTA ESPERANÇOSA Darli Collares Nina Rosa Ventimiglia Xavier DOI 10.22533/at.ed.6612111061	
CAPÍTULO 2	9
DIÁLOGO COM A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA Núbia R. B. da Silva Martinelli DOI 10.22533/at.ed.6612111062	
CAPÍTULO 3	19
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA E A TENSÃO PÚBLICO-PRIVADO: COLEGIALIDADE E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NAS INSTÂNCIAS DE GESTÃO Brenda Natallie Girardi de Almeida Cristina Fioreze DOI 10.22533/at.ed.6612111063	
CAPÍTULO 4	24
A LUTA DE CLASSES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESTADO E PODER Algacir José Rigon DOI 10.22533/at.ed.6612111064	
CAPÍTULO 5	29
COMPREENSÕES DO TRABALHO EM MARX: A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA PANDEMIA DE 2020 Caio Vinicius Freitas de Alcântara Daniel Lima Fonseca Ivys de Alcântara Silva DOI 10.22533/at.ed.6612111065	
CAPÍTULO 6	43
A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: PRODUTO DA PÓS MODERNIDADE E DA GOVERNAMENTALIDADE Nancy Rigatto Mello Gilmar dos Santos Sousa DOI 10.22533/at.ed.6612111066	
CAPÍTULO 7	59
EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE RISCOS, RABISCOS E ESPAÇOS QUE APRESENTEM UM MUNDO LETRADO Fabiana Hortolani Sartori Josilaine Aparecida Pianoschi Malmonge Sintia Otuka Rossi	

DOI 10.22533/at.ed.6612111067

CAPÍTULO 8	67
POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POBREZA, O BANCO MUNDIAL E AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS	
Lilian Aparecida Carneiro Oliveira Victor Cavalari Vieira de Oliveira Emmanuella Aparecida Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.6612111068	
CAPÍTULO 9	82
A AVALIAÇÃO INTERNA NO SINAES: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE	
Adriana Almeida Sales de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.6612111069	
CAPÍTULO 10	93
PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE EJA: CAMINHOS POSSÍVEIS	
Hellen Nepomuceno de Oliveira Odair Ledo Neves	
DOI 10.22533/at.ed.66121110610	
CAPÍTULO 11	105
A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE CAMPO NA BAIXADA FLUMINENSE: DISPUTAS EPISTÊMICAS NA GEOGRAFIA	
Vinicius de Luna Chagas Costa Diomario da Silva Junior Marcus Vinicius Castro Faria Cícero de Aquino Costa Simões	
DOI 10.22533/at.ed.66121110611	
CAPÍTULO 12	117
UM ESTUDO SOBRE OS ESTILOS PARENTAIS: REFLEXÕES SOBRE O NÃO LUGAR DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Célio Rodrigues Leite Débora Quetti Marques de Souza Maria Paula Cavalcanti Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.66121110612	
CAPÍTULO 13	130
OUVIR, FALAR, REFLETIR: TÉCNICAS DE ENTREVISTA E ANÁLISE DE CATEGORIAS QUALITATIVAS	
Marcos Bentes Luna de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.66121110613	
CAPÍTULO 14	140
EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA E DESFILES ESCOLARES NA FESTA DO COLONO	

DE MANIÇOBA: UMA PEDAGOGIA ALTERNATIVA

Micael Benaic Honório Santos

Edonilce da Rocha Barros

DOI 10.22533/at.ed.66121110614

CAPÍTULO 15..... 158

ESTRATÉGIA PARA MELHORAR E CONSOLIDAR O ENSINO-APRENDIZAGEM DE MENINAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Maria Isabella Lima Garção

Gylles Ricardo Ströher

Gisely Luzia Ströher

DOI 10.22533/at.ed.66121110615

CAPÍTULO 16..... 165

A ALFABETIZAÇÃO EM CLASSE MULTISSERIADA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Márcia Rejane Scherer

DOI 10.22533/at.ed.66121110616

CAPÍTULO 17..... 173

NOVO E VELHO NORMAL: A RENOVAÇÃO DA DESIGUALDADE DIANTE DO NÍVEL DE ESCOLARIDADE NA ILHA DE COTIJUBA /PA-BRASIL

Alessandra Quaresma Gonçalves

Alexandre Augusto Cals e Souza

Benedito Bastos da Costa

DOI 10.22533/at.ed.66121110617

CAPÍTULO 18..... 186

A FORMAÇÃO COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE NO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Ana Clara da Silva Nascimento

Deyse Morgana das Neves Correia

DOI 10.22533/at.ed.66121110618

CAPÍTULO 19..... 199

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Jeane Melriele Rodrigues Ferreira

Giane Lucélia Grotti

DOI 10.22533/at.ed.66121110619

CAPÍTULO 20..... 210

ANÁLISE DISCURSIVA DE UMA NARRATIVA INFANTOJUVENIL: *JOÃO, PRESTE ATENÇÃO!!*

Maria Luiza de Britto Zeferino

Márcia Aparecida Amador Mascia

DOI 10.22533/at.ed.66121110620

CAPÍTULO 21	223
O DIÁLOGO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES Eliara Zavieruka Levinski Ana Carolina Cabral Leite Caroline Simon Bellenzier DOI 10.22533/at.ed.66121110621	
CAPÍTULO 22	228
EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO: RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO Juliana Gisele da Silva Nalle Claudionei Nalle Junior DOI 10.22533/at.ed.66121110622	
CAPÍTULO 23	235
AUSÊNCIA DE AUTORIDADE E A PERMISSIVIDADE DOS PAIS: REFLEXOS NA EDUCAÇÃO Maria Aurora Dias Gaspar DOI 10.22533/at.ed.66121110623	
CAPÍTULO 24	242
A EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA Angélica Baumgarten Gebert DOI 10.22533/at.ed.66121110624	
CAPÍTULO 25	251
ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS: UMA PERCEPÇÃO SOBRE O CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES DO IF FLUMINENSE CAMPUS CAMPOS CENTRO Cristina Alves Baptista Mayara Teodoro Tavares DOI 10.22533/at.ed.66121110625	
SOBRE OS ORGANIZADORES	256
ÍNDICE REMISSIVO	258

CAPÍTULO 9

A AVALIAÇÃO INTERNA NO SINAES: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 08/03/2021

Adriana Almeida Sales de Melo

Universidade de Brasília, Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/7571440852975071>

RESUMO: O texto a seguir faz parte de pesquisa cujo objetivo principal é analisar a necessidade de realização de avaliação interna indicado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior brasileiro (SINAES) e sua relação com a gestão de informação e melhoria da qualidade que podem ser realizados pelas próprias Instituições de Educação Superior (IES). A partir de investigação histórico-crítica e análise documental, procuramos apresentar o contexto histórico atual sobre o tema, bem como aprofundar a discussão sobre a questão da avaliação interna no SINAES, para indicar preliminarmente a necessidade da ampliação dos objetivos da avaliação interna nas IES, assim como concluímos pela necessidade da auto-avaliação integrada com novos princípios da gestão do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação interna, SINAES, gestão do conhecimento.

INTERNAL EVALUATION AT SINAES: INFORMATION MANAGEMENT AND QUALITY IMPROVEMENT

ABSTRACT: The following text is part of a research whose main objective is to analyze the need for an internal evaluation indicated by the Brazilian Higher Education Evaluation System (SINAES) and its relationship with information management and quality improvement that can be used. carried out by the Higher Education Institutions (HEIs). Based on historical-critical research and documentary analysis, we seek to present the current historical context on the topic, as well as to deepen the discussion on the issue of internal evaluation at SINAES, to indicate preliminarily the need to expand the objectives of internal evaluation at HEIs, as well as we conclude the need for integrated self-assessment with new principles of knowledge management.

KEYWORDS: Internal evaluation, SINAES, knowledge management.

INTRODUÇÃO: OS SIGNIFICADOS DA AVALIAÇÃO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO

O texto a seguir faz parte de pesquisa cujo objetivo principal é analisar a necessidade de realização de avaliação interna indicado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior brasileiro (SINAES) e sua relação com a gestão de informação e melhoria da qualidade que podem ser realizados pelas próprias Instituições de Educação Superior (IES). Procuramos apresentar o contexto histórico

atual sobre o tema, bem como aprofundar a discussão sobre a questão da avaliação interna no SINAES, para indicar preliminarmente a necessidade da ampliação dos objetivos da avaliação interna nas IES, no sentido da gestão do conhecimento para a sua melhoria da qualidade.

Dentre as grandes mudanças que foram realizadas no Brasil no século XXI, podemos apontar, dentre as ações políticas educacionais tanto com relação à educação básica quanto com relação à educação superior, a preocupação com a avaliação da educação superior, acompanhando as demandas sociais pela melhoria da qualidade e ampliação do acesso como parte da luta pela ampliação e consolidação do direito à educação para todos.

No entanto, as questões contemporâneas exigem melhor posicionamento, mais transparência e melhor gestão para todas as IES brasileiras: tanto no sentido de se aprofundar as lutas pela ampliação do direito à educação; pelo reconhecimento e aprofundamento da discussão entre as questões identitárias e a permanente luta de classes em nosso modo social de produção; assim como a necessidade de proteção e ampliação de pesquisas relativas ao meio-ambiente e as relações com a sociedade; fortalecendo nossa capacidade de criação científica, tecnológica e de inovação; tudo isto está a exigir a criação de novos conhecimentos e aponta também para a construção de novas culturas organizacionais em tais instituições complexas.

Para além do saber humano sobre as várias áreas do conhecimento, há que se construir e ampliar cada vez com mais afinco as competências virtuais e tecnológicas das IES, tanto respeitando a legislação nacional, seus acordos e projetos; quanto buscando respeito com relação a sua autonomia e independência para pensar seu próprio projeto institucional político e acadêmico.

O sistema de avaliação proposto pelo SINAES procurou envolver organicamente as IES em um complexo pensar sobre a própria avaliação, em seus aspectos internos e externos (DIAS SOBRINHO, 2010); bem como as colocou em confronto com o próprio conceito de avaliação, ampliando ainda mais sua polissemia e acrescentando significados ao seu já amplo espectro.

De forma global, incorporando as fases de construção de novos instrumentos de criação de dados quantitativos e qualitativos para um melhor diagnóstico; o planejamento de ações para incrementar a participação de maior número de pessoas nos processos avaliativos, garantindo sempre os valores da instituição; bem como a própria auto-crítica institucional; tudo isto exige uma capacidade de auto-avaliação cada vez mais complexa e ao mesmo tempo cuidadosa, sem perder de vista todos os objetivos que podem ser construídos na direção da melhoria da qualidade da educação superior.

No texto a seguir apresentamos elementos para pensarmos o SINAES como sistema que exigiu que as diversas IES públicas e privadas brasileiras repensassem seus projetos políticos pedagógicos e institucionais, buscando sempre assentar suas ações na direção de definir o que é qualidade social para cada uma delas, assim como entender o que a sociedade espera de tais ações.

AMPLIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E OS NOVOS DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

A complexidade e amplitude que a avaliação da educação superior apresenta hoje no Brasil, assim como os seus desafios, alcançam tanto as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas quanto as privadas, sendo as públicas de responsabilidade federal, estadual, distrital (em trâmite de criação a partir do Projeto de Lei Complementar nº 34/2020 do Distrito Federal) ou municipal.

Com missões, valores e objetivos diferentes, tais IES também se apresentam com múltiplos formatos, ora funcionando a partir de um curso de graduação, ora ofertando um grande leque de cursos em diversas áreas de conhecimento; ora incorporando às suas atividades de ensino ações de pesquisa e extensão, como é o caso das Universidades.

A história da educação superior brasileira nos mostra várias fases de crescimento e ampliação de seu alcance territorial, assim como uma dinâmica própria de ampliação de matrículas, de multiplicidade de formas de acesso (BARROS, 2015); assim como fases de aumento e diminuição de recursos públicos, além de várias outras questões de regulação, em profunda articulação com os avanços e retrocessos das políticas de ciência, tecnologia e inovação nacionais.

Tais fases históricas nos mostram aspectos da permanente disputa entre as instituições públicas e privadas pelos recursos públicos destinados à educação, bem como pelos caminhos de sua regulação nacional.

A partir do princípio constitucional da coexistência, presente no artigo 206 de nossa Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), e recuperando a história da relação entre o financiamento público para a educação privada brasileira em seus diversos níveis, apontamos suas mudanças desde a época em que fomos colônia portuguesa, passando pelo Império e chegando à República, por meio tanto dos fatos históricos quanto dos textos constitucionais (MELO, 2016). Além da cobrança de mensalidades, seja com fins lucrativos ou não, as instituições privadas que atuaram tanto na educação básica quanto na educação superior no Brasil, desde o início, colecionaram uma gama de subvenções públicas para a implantação e manutenção de suas atividades.

Por meio inicialmente de doações públicas e cessões de terras, bem como de bolsas para contratação de professores, foi sendo construída uma vasta teia de marcos legais que possibilitam hoje tanto fontes diretas de utilização de recursos públicos, como

(...) bolsas, subvenções, empréstimos, créditos e, no caso da educação superior, os programas de crédito educativo; são fontes diretas que foram se aprimorando e ampliando, tornando-se poderosos instrumentos de acumulação de patrimônio e de ganhos, gerando uma extensa legislação sobre a especificidade das denominações de entidade filantrópica, comunitária e confessional que envolvem diversas áreas de regulamentação jurídica. (MELO, 2016, p. 152-153)

Há ainda, como exemplos de financiamento público para as instituições privadas de educação no Brasil, os financiamentos indiretos, como as isenções tributárias, o perdão de dívidas trabalhistas e fiscais, além de editais dirigidos especificamente para tais instituições (MELO, 2016).

Segundo o Censo da Educação Superior de 2019, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019) nos mostra que havia 8.604.562 matrículas nos cursos de graduação no país, sendo 75,82% nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e 24,17% nas IES públicas.

Quanto aos cursos de pós-graduação estrito senso, os nossos mestrados e doutorados, a proporção é inversa, pois atingimos no ano de 2017 o total de 61.661 titulados no âmbito dos cursos de mestrado e 21.607 nos cursos de doutorado (CGEE, 2020). Destes, 20% dos mestres e 12,6% dos doutores foram formados em IES privadas. Entre os anos de 2000 e 2017, houve um aumento percentual de titulação no geral de 342% para os mestres e 412% para os doutores (CGEE, 2020). Tais dados nos mostram que, enquanto o setor privado atua fortemente na área da graduação, seja nos cursos presenciais ou a distância, nas denominações de licenciaturas, bacharelados e cursos tecnológicos, com mais de três quartos de matriculados; contribui com a formação de pós-graduados em mestrados e doutorados com menos de um quinto.

Além do apoio público citado, há programas federais, com financiamento da União, voltados para a criação de programas de bolsas, crédito educativo, bem como incentivo a diversos programas culturais que também beneficiam as IES privadas, aumentando sua capacidade de incluir parte da população que não alcança as vagas das IES públicas, procurando possibilitar de formas diversas o seu acesso, permanência e conclusão.

Desta forma, tiveram peso no crescimento da educação superior brasileira grandes iniciativas que envolveram a educação superior pública e privada e significaram um grande incremento de financiamento para a área, tanto relativas à educação pública, como o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), bem como a criação de novas Universidades, Institutos Federais e pólos descentralizados; quanto relativas ao setor privado, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Tais ações tanto provocaram o crescimento no número de matrículas na educação superior no país, melhorando o acesso da população a este nível da educação, tanto quanto consolidaram de formas cada vez mais sistemáticas o financiamento público às IES privadas.

Também fizeram parte deste cenário histórico para a educação superior a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), produzidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que traçaram novos desafios para o necessário relacionamento entre a formação de professores e a educação básica (DOURADO, 2015). A instituição da Universidade Aberta do Brasil em 2006, que criou novas vagas nos cursos de licenciatura a distância e a Lei de nº.11.502 de 2007, que atribuiu à Coordenação de Aperfeiçoamento

de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsabilidades relativas à formação inicial e continuada de professores (BRASIL, 2007); foram duas ações que também contribuíram para aprofundar as conquistas do período com relação à ampliação do acesso, assim como quanto à busca permanente em relação à melhoria da qualidade.

No entanto, em concomitância à ampliação de vagas e fontes de financiamento, também enfrentamos a partir do final da segunda década do século XXI, ações de congelamento de gastos, de salários, de financiamento para a pesquisa e diminuição de bolsas, entre outras ações (MELO, SOUSA, 2017), que contribuem para o declínio dos recursos para a manutenção e fortalecimento da educação superior pública brasileira, tornando a sua missão cada vez mais difícil.

Além dos desafios relativos ao financiamento, há a associação com o desmonte atual das políticas de ciência, tecnologia e inovação, o que também contribui para afastar as IES públicas e privadas da construção de novos conhecimentos, assim como de projetar seu futuro para participar nas redes globais de circulação de conhecimento, ideias e patentes. As dimensões de planejamento, gestão e avaliação das IES brasileira também se vêem prejudicadas em sua capacidade de projetar o seu futuro.

A LEI DO SINAES COMO UM MARCO REGULATÓRIO PARA REPENSAR O FUTURO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

Entre outras grandes mudanças político-educacionais, em 2004 foi criado pela Lei de nº. 10.861 o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que, seguindo o princípio legal da coexistência entre educação pública e privada no Brasil (MELO, 2016), provocou intensas mudanças nas IES. Considerando seus objetivos tanto formativos quanto regulatórios, o SINAES tem evoluído e modificado suas ações, indicadores, processos, à medida em que realiza seus ciclos avaliativos, sempre no sentido de regulamentar o credenciamento e sua renovação, a autorização, o reconhecimento e sua renovação para os cursos de graduação e IES.

Seu artigo segundo, entre outras indicações, nos diz que:

Art. 2º O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

I – Avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (BRASIL, 2004)

Após a promulgação da Lei do SINAES, o Ministério da Educação (MEC) elaborou uma série de regulamentações para orientar as IES quanto ao seu cumprimento. Como elementos normativos importantes podemos citar a Portaria MEC nº 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES (BRASIL, 2004); assim como as orientações gerais para o roteiro de auto-avaliação das instituições (INEP, 2004),

que orientam os processos de avaliação das instituições, dos cursos e dos estudantes para as IES, definindo melhor os conceitos envolvidos no processo. Sobre a avaliação interna o documento citado expandia os objetivos e formas de ação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) que deveriam ser criadas no âmbito das IES.

A criação do SINAES se deu em concomitância com outras ações que induziram muitas IES a repensar seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), suas missões e objetivos, assim como repensar a própria oferta de cursos de graduação e pós-graduação. A obrigação de atualizar os Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos também fez com que muitas IES os repensassem como bacharelados ou licenciaturas, revisassem as possibilidades de dupla habilitação nos mesmos e renovassem os seus percursos formativos, de forma a possibilitar também a participação e escolha dos estudantes com os rumos de sua própria formação.

Tal processo também se deu em concomitância à instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de todos os cursos de graduação do país, a partir da construção de diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação, desde os anos de 1990, o que intensificou a necessidade de repensar todos os PPP das instituições.

Outra das consequências da implantação do SINAES foi relativa à necessidade das IES de melhorar e tornar públicos os dados sobre suas atividades, financiamento, resultados, relação com a sociedade e produção científica, artística, filosófica, cultural; fazendo com que se incrementassem as diversas formas das IES produzirem conhecimento sobre si mesmas:

Além de integrar os instrumentos de avaliação entre si, tornou-se fundamental integrar os instrumentos de avaliação com os de informação. Nesse sentido, bases de dados como o Censo da Educação Superior, o Cadastro Nacional de Docentes, a plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Cadastro de Instituições e Cursos, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), Avaliação de Cursos de Graduação e Avaliação de Instituições, além de outras bases de dados do Inep e de outros do Governo tornaram-se parte integrante do novo processo avaliativo. (GIOLLO; RISTOFF, 2006, p.198)

Há no Brasil cada vez mais estudos sobre o SINAES e sua relação com as IES e a sociedade em geral (AUGUSTO; BALZAN, 2007; DIAS SOBRINHO, 2010), mostrando seus resultados e a forma como as IES modificaram suas ações com relação à avaliação e à auto-avaliação.

A criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), ademais de seu papel normativo e regulatório, levou as IES a pensarem melhor sobre si mesmas, renovando suas ações no sentido de aperfeiçoar tanto seus esforços relativos à construção das informações quanto à transparência pública sobre as suas ações, tanto no sentido de melhorar a qualidade da educação superior como um todo, quanto a fim de dar à sociedade

a possibilidade de utilizar tais informações para a avaliação de sua responsabilidade social.

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas. (INEP,2004,p.11)

Além das consequências relativas ao repensar de todo o arcabouço regulatório da educação superior nacional, questões como relevância social, qualidade social, superação de problemas, citadas de forma sistemática nos documentos do INEP na época da implantação do SINAES; também passaram a fazer parte mais intensamente dos PPPs das instituições. A ampliação da quantidade e reflexão maior sobre a qualidade das informações que as IES produzem sobre si mesmas também podem ser consideradas como importantes consequências:

Com a integração dos vários bancos de dados do Ministério da Educação, será possível viabilizar ambientes diferenciados para cada um dos grupos de interesse da educação superior, desde gestores, dirigentes, pró-reitores, avaliadores, pais, alunos até o público em geral. Mais do que isso, no entanto, a integração dos bancos de informação ao Sinaes permitirá que avaliadores e dirigentes tenham acesso a um conjunto enorme de informações sobre cada uma das instituições e cursos que até aqui permaneciam ocultas. (GIOLLO; RISTOFF, 2006, p.201)

Uma profunda reforma em como as IES vêem a si mesmas, em como constroem e apresentam suas respostas à sociedade, tudo isto exigiu também esforços de auto-avaliação e conseqüente auto-crítica, assim como permitiu o fortalecimento das IES em sua relação com suas mantenedoras, especialmente quanto à relação das IES públicas com os objetivos nacionais para a educação superior.

AVALIAÇÃO INTERNA NO SINAES E NOVAS NECESSIDADES DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

A avaliação interna acaba sendo um trunfo que pode ser utilizado pelas IES tanto para responder à função regulatória do SINAES, quanto à sua função formativa, no sentido de planejar melhor suas ações e pensar em mudanças institucionais político-acadêmicas em direção à melhoria da qualidade da educação superior num sentido mais amplo.

No caso das IES, a auto-avaliação, que implica um melhor e mais profundo autoconhecimento, é uma questão que envolve a resposta de suas ações à sociedade, ou seja, é uma questão de melhorar a sua responsabilidade social por meio da transparência pública de suas ações.

A gestão da informação sobre o conjunto das atividades de instituições tão complexas pode contribuir para elaborar uma visão mais clara sobre o cumprimento de sua missão e objetivos. Se avançamos nacionalmente dentro do SINAES até a criação de CPAs por IES, há uma necessidade, presente também na fala de coordenadores (RIBEIRO, 2015), de avançar no sentido de tornar as Unidades Acadêmicas mais participantes, a elaborar seu plano estratégico de avaliação no âmbito de seu projeto político-pedagógico, sempre no sentido de buscar a melhoria da qualidade na educação superior.

Construir uma organicidade por meio do processo de construção dos PDIs é uma tarefa político-acadêmica muito complexa, considerando ainda a dinâmica democrática que envolve as mudanças políticas nas IES públicas. Mesmo com o esforço de cada IES nas quase duas décadas de promulgação da lei do SINAES, para cumprir de forma independente e autônoma as suas diretrizes e orientações dos seus instrumentos de avaliação e avaliação externa, as IES públicas têm enfrentado limite de gastos, redução de orçamento, descolamento da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e, atualmente, ingerência da União na escolha dos seus reitores. A interrupção de programas, a falta de cuidado com a assistência estudantil, a não transparência nos números de evasão, retenção e outras questões similares afetam diretamente o direito à educação e influenciam na capacidade das IES de realizar suas auto-avaliações.

Pensadas inicialmente para serem verdadeiras Unidades de Inteligência dentro das IES, no sentido de fortalecer a construção de autoconhecimento, as CPAs sofrem quando as IES não destinam pessoas qualificadas para seu funcionamento, que terminam dependendo muitas vezes de ações voluntárias de pessoal docente e técnico. A construção de novas bases de dados, de equipes de pesquisa, de envolvimento institucional é essencial para a gestão da auto-avaliação. A pesquisa sobre os egressos também traz dificuldades de diversas naturezas para as IES (MELO, 2021), exigindo uma atenção das políticas nacionais sobre o tema.

Especialmente em um contexto de incertezas políticas, de aumento de desigualdade social e regional, de ataques constantes e massivos às políticas de proteção do meio-ambiente, de desvalorização da vida da população, as IES estão a repensar novamente suas missões e objetivos. A auto-avaliação e a gestão do conhecimento em tais instituições torna-se uma questão de sobrevivência social; seja no âmbito da comunicação empresarial, seja no âmbito da comunicação científica, o diálogo com a sociedade torna-se essencial para valorizar as IES frente a tal contexto.

Em estudo sobre o acesso à internet pelos discentes da educação superior brasileira, por ocasião da Pandemia de COVID-19, assim como sobre o uso do Ensino Remoto Emergencial (ERE), Castioni et all. concluem que:

Conhecer melhor os sujeitos que fazem parte da comunidade acadêmica e suas condições de acompanhar as propostas de ERE tornou-se uma prioridade. Saber quantos docentes e discentes necessitam de apoio institucional para

ter acesso à internet, construir os ambientes virtuais e suas possibilidades de aprendizagem, possibilitar a utilização de equipamentos para sua inclusão imediata, com certeza são desafios inesperados; no entanto, estão obrigando as universidades a conhecerem melhor suas capacidades e necessidades para cumprir melhor suas missões. Utilizar de forma mais eficiente os dados que já estão sendo construídos sobre os sujeitos que fazem parte das universidades e suas relações com a sociedade torna-se uma necessidade cada vez mais premente. Ter um melhor conhecimento sobre as condições socioeconômicas dos sujeitos é essencial para estabelecer parâmetros que auxiliem no planejamento da implantação do ERE (CASTIONI et al, 2021, p.21)

Em 2020, no Brasil, com o reconhecimento de estado de Pandemia à COVID-19, as IES tiveram que tomar decisões para as quais nem sempre estavam preparadas. Da suspensão inicial das suas atividades, especialmente relativas ao ensino, pesquisa e extensão, à retomada paulatina de atividades por meio do ERE; voltaram mais rapidamente às atividades as IES que já apresentavam antes da suspensão, mais experiência com o uso de educação a distância em suas diversas formas, como: o uso de plataformas de ensino e pesquisa, bancos de aulas gravadas, ferramentas de diálogos na comunidade acadêmica, entre outras tantas possibilidades (CASTIONI, MELO, 2020).

Também sentiram menos dificuldades as IES que já tinham melhor conhecimento sobre os sujeitos que as compõem e suas necessidades frente à emergência sanitária que assolou o mundo inteiro, possibilitando que se tomassem decisões a partir de dados mais consolidados e objetivos.

Reconhecer o conhecimento que foi construído, tornar transparente o que foi guardado, recuperar a memória das pessoas e da instituição, repensar as formas de transferir, de rever, de transmitir tais conhecimentos de forma ativa; são ações prementes para as IES brasileiras hoje.

Ações de auto-avaliação e de gestão do conhecimento que possam recuperar e difundir a sua história, se apropriando das narrativas das pessoas e da instituição, de seu território, das comunidades que fizeram e fazem parte das instituições; reconhecer as ações presentes se apropriando da construção do conhecimento sobre si mesmas e construir de forma autônoma seu projeto de futuro serão essenciais para a sobrevivência das IES no Brasil de hoje.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton C. A vez e a voz dos coordenadores das CPAS das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v.12, n.4, p.597-624, dez. 2007.

BARROS, Aparecida S. X. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 361-390, June 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208>.

BRASIL. **Lei 11.502/2007**, que modifica as competências e a estrutura organizacional da CAPES. Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11502.htm, acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei n. 10.861/2004**, que institui o Sistema Nacional de Avaliação o Ensino Superior-SINAES. Brasília, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm, acesso em 30 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1988. Disp. em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 10.12.2020.

CASTIONI, Remi; MELO, Adriana A. A. S.; Nascimento, Paulo M.; & Ramos, Daniela L. Universidades federais na pandemia da Covid-19: acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Epub 22 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362021002903108>

CASTIONI, Remi; MELO, Adriana A. A. S. Universidades do Brasil, da Espanha e da Itália na Pandemia da Covid-19 numa perspectiva comparada. **Rev. Bras. Educ. Comp.**, Campinas, SP, 2020, v.2, p.1-16. <https://doi.org/10.20396/rbec.v2i.13780>

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Brasil: Mestres e Doutores 2019**. Brasília-DF, 2020. Disp. em: <https://mestresdoutores2019.cgee.org.br>

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba-SP, v.15, n.1, p.195-224, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>

DOURADO, Luiz F. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educ. Soc.**, Campinas, v.36, n.131, p.299-324, jun. 2015. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302015151909>

INEP. **Roteiro de auto-avaliação das instituições**: orientações gerais. Brasília, 2004.

INEP. **Notas estatísticas do Censo da Educação Superior** https://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf

MELO, Adriana A. S. O acompanhamento de diplomados e suas vidas profissionais nas Universidades do MERCOSUL. **Rev. Integración y Conocimiento**, v.1, p.32-48, 2021. <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/31946/32903>

MELO, Adriana A. S. Aspectos da coexistência entre educação pública e privada no Brasil de hoje. In: PIMENTEL, Nara M; ROCHA, Maria Zélia B. (Orgs.). **Organização da Educação Brasileira**: marcos contemporâneos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v.1, p.135-169, 2016.

MELO, Adriana A. S.; SOUSA, Flávio B. A agenda do mercado e a educação no Governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, ago. 2017 <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v9i1.21619>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto 2.051/2004**, que regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES. Brasília, 2004. Disponível em portal.mec.gov.br, acesso em 30 de janeiro de 2019.

RIBEIRO, Jorge L. L. S. SINAES: o que aprendemos acerca do modelo adotado para avaliação do ensino superior no Brasil. **Avaliação** (Campinas), Sorocaba, v.20, n.1, p.143-161, mar. 2015. <https://doi.org/10.590/S1414-40772015000100010>

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como Sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 11. R B P G, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/106/100>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acompanhamento de Egressos 251, 252, 255

Alfabetização 59, 60, 62, 64, 65, 66, 95, 96, 102, 103, 165, 168, 170, 171, 172, 228, 230, 232, 234, 256

Análise 17, 21, 23, 26, 28, 31, 36, 37, 54, 56, 67, 68, 82, 86, 95, 99, 110, 115, 117, 119, 120, 123, 128, 130, 135, 136, 137, 139, 142, 148, 160, 164, 169, 175, 180, 187, 189, 199, 210, 211, 215, 216, 217, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 251

Anos Iniciais 96, 165, 167, 168, 170, 190, 249

Aprendizagem 13, 53, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 90, 96, 100, 101, 104, 107, 109, 110, 113, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 142, 146, 158, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 193, 194, 226, 229, 232, 235, 236, 237, 238, 241, 247, 248, 249

Avaliação Interna 82, 83, 87, 88

C

Capitalismo Acadêmico 19, 20, 21, 22, 23

Categorias 17, 29, 38, 39, 52, 117, 119, 120, 123, 124, 126, 130, 135, 136, 205, 212, 216

Colegialidade 19, 20, 21

Covid-19 126, 127

D

Deficiência 158, 159, 210, 211, 215, 217, 220, 222

Desafios 4, 18, 23, 80, 84, 85, 86, 90, 91, 93, 94, 98, 102, 103, 115, 138, 164, 197, 198, 209, 241

Desfiles Escolares 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154

Dialogicidade 1, 6

Diálogo 6, 7, 9, 10, 18, 65, 89, 108, 131, 132, 133, 134, 138, 143, 146, 188, 206, 223, 224, 225, 226, 237

Discência 9, 12

Discurso 3, 4, 6, 7, 44, 47, 49, 50, 51, 67, 68, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 115, 125, 134, 157, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 229, 232, 238

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 35, 37, 39, 41, 43, 45, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109, 114, 115, 116, 117, 118, 119,

120, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 132, 140, 142, 143, 144, 146, 154, 155, 156, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 176, 177, 184, 185, 186, 190, 191, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 219, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 257

Educação Contextualizada 140, 142, 143, 144, 146, 154, 156

Educação do Campo 24, 25, 27, 28, 93, 155, 156, 171, 186, 190, 197, 257

Educação Infantil 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 117, 118, 119, 123, 125, 127, 128, 167, 172, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249

Educação Profissional 67, 68, 72, 73, 80, 81, 257

EJA 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115

Ensino 2, 5, 9, 11, 13, 16, 20, 21, 22, 23, 40, 54, 55, 56, 57, 65, 67, 72, 74, 79, 80, 84, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 142, 146, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 177, 179, 181, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 204, 205, 207, 226, 228, 229, 232, 236, 238, 240, 245, 247, 248, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257

Ensino Básico 158

Ensino Remoto 40, 89, 91, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 127, 128

Entrevista 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 152, 174, 181, 183, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Escola 4, 5, 6, 10, 14, 15, 16, 18, 71, 80, 94, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 110, 114, 118, 125, 128, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 177, 181, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 201, 202, 203, 204, 206, 209, 217, 219, 220, 221, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 246

Escolaridade 72, 173, 174, 175, 177, 178, 180, 232, 233

Esperança 1, 2, 3, 7, 8, 11, 16, 17, 18, 46, 75, 101, 164, 181, 184, 225

Estado 5, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35, 61, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 90, 105, 109, 112, 114, 117, 123, 124, 126, 140, 141, 160, 164, 175, 177, 184, 190, 203, 207, 219, 235, 256

Estilos Parentais 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 128

Ética 1, 5, 6, 8, 12, 14, 17, 18, 43, 49, 50, 51, 52, 57, 120, 143, 170, 208, 213, 251

Eurocentrismo 43, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 56, 114

F

Família 3, 4, 14, 72, 75, 77, 81, 118, 122, 123, 124, 125, 131, 136, 137, 153, 159, 172, 190, 218, 219, 220, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 247, 248

Fazer Docente 9, 10, 11, 14, 66, 195

Feira de Ciências 158, 161, 162, 163

Formação Continuada 9, 10, 104, 115, 197, 223, 224, 225, 226, 227

Formação Docente 186, 194

Formação Humana 1, 108

Foucault 44, 45, 48, 51, 58, 143, 156, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 220, 221, 222

G

Gestão do Conhecimento 82, 83, 88, 89, 90

H

Heterogeneidade 100, 165, 168, 169, 171

I

Identidade 9, 10, 15, 18, 25, 106, 108, 119, 120, 142, 145, 147, 148, 156, 169, 173, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 194, 196, 197, 198, 220, 226

Indicador de Desempenho 251, 254, 255

Intensificação 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 231, 232

Interação 28, 54, 65, 108, 124, 126, 139, 169, 188, 189, 206, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 252

L

Letramento 59, 60, 61, 62, 65, 229, 232, 234, 256

Linguagem Oral e Escrita 59, 60, 65

Luta de Classes 24, 27, 83

M

Marx 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 42, 53, 69, 80, 176, 185, 198, 231, 233

Meninas Carentes 158

Movimento Estudantil 19, 20, 21, 22, 23

Multisseriação 165

N

Narrativa Infantojuvenil 210

O

Oncológico 130

P

Pandemia 29, 31, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 89, 90, 91, 117, 118, 119, 123, 126, 127, 128, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 182, 183, 242, 243, 245, 246, 248

Papel dos Pais 120, 235, 237

Paulo Freire 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 95, 146, 197, 225

Pedagogia Alternativa 140, 142, 146, 155

Perda de Autoridade 235, 236, 237, 238

Permissividade dos Pais 235, 237, 238, 239, 240

Pesquisa de Satisfação 251

Pobreza 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 178

Políticas Públicas 24, 25, 26, 27, 28, 42, 67, 80, 91, 120, 204, 235

Pós-Modernidade 43, 53, 57, 152, 154, 237, 241

Possibilidades 2, 5, 12, 13, 44, 52, 57, 62, 63, 75, 87, 90, 93, 94, 97, 98, 102, 108, 114, 115, 116, 118, 123, 125, 142, 143, 146, 165, 167, 168, 188, 208, 212, 232, 244, 247

Prática Pedagógica 25, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 143, 195, 199, 200, 201, 205, 206, 208, 209, 248

Professora de Educação Infantil 199

Professores 2, 5, 6, 17, 19, 20, 41, 54, 56, 57, 65, 84, 85, 86, 94, 95, 97, 99, 103, 106, 108, 110, 113, 114, 120, 123, 125, 128, 140, 143, 145, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 158, 159, 160, 162, 166, 169, 172, 177, 189, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 235, 237, 238, 242, 249, 256, 257

Pronatec 67, 68, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80

Q

Qualitativo 29, 130, 136, 185, 201

S

Sinaes 82, 83, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

T

Trabalho 5, 11, 12, 17, 23, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 49, 54, 55, 59, 60, 62, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 76, 78, 80, 93, 95, 96, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 118, 123, 130, 133, 136, 138, 147, 148, 158, 160, 162, 163, 164, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 199, 200, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 209, 221, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 247, 251, 252

Trabalho Docente 29, 37, 40, 41, 108, 168, 192, 208

U


Universidade Comunitária 19, 20, 21, 22, 23

V

Verdade 4, 6, 34, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 131, 143, 146, 169, 194, 210, 212, 213, 214, 219, 220, 221, 239

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora


 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


 **Atena**
Editora

Ano 2021


CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

2

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2021